

MORADIAS IRREGULARES E RISCO AMBIENTAL NO ENTORNO DA REPRESA BILLINGS

Danielle Tetzner Grotta¹

Diana Yara Luis Cordeiro¹

Fernanda Constantino de Souza¹

Luciano Cosmo da Silva¹

Renato Alves dos Santos¹

Profa. Me. Marluce Gavião Sacramento Dias²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar o avanço das construções irregulares no entorno da Represa Billings, em Santo André, considerando seus impactos sociais, ambientais e urbanos. A pesquisa foi fundamentada em revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo, incluindo observações diretas, registros fotográficos e aplicação de questionário aos moradores e autoridades públicas. Os dados de órgãos como CETESB, IBGE e Prefeitura de Santo André revelaram que a pressão populacional, associada ao déficit habitacional e à carência de políticas públicas eficazes, contribuíram para a expansão de moradias em áreas de preservação, aumentando riscos de deslizamentos, enchentes e contaminação da água. A análise desses dados possibilitou a identificação das condições de saneamento, dos desafios habitacionais e da vulnerabilidade das comunidades locais. Os resultados parciais demonstraram que, embora haja legislações específicas e ações de fiscalização, há fragilidades na gestão pública e na participação social, o que compromete a preservação ambiental e a qualidade de vida da população. O estudo relacionou a realidade encontrada ao ODS 11 da Agenda 2030 da ONU, que visa a construção de cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre o problema e busca contribuir para a discussão acadêmica e social sobre alternativas que conciliem habitação digna e preservação ambiental em áreas de mananciais. **Palavras-chave:** habitação irregular; desenvolvimento urbano; políticas públicas; preservação ambiental.

(1) Graduandos do curso de Gestão Empresarial - EaD. Fatec São Paulo: Danielle Tetzner Grotta, Diana Yara Luis Cordeiro, Fernanda Constantino de Souza, Luciano Cosmo da Silva e Renato Alves dos Santos.

(2) Professora orientadora do Curso de Gestão Empresarial - EaD. Fatec São Paulo: Profa. Me. Marluce Gavião Sacramento Dias.

INTRODUÇÃO

A construção de moradias irregulares em áreas de proteção ambiental nas regiões metropolitanas é um problema que tem se intensificado nos últimos anos, principalmente em áreas de mananciais, como é o caso da Represa Billings, que se divide entre vários municípios da Região Metropolitana de São Paulo, entre os quais a cidade de Santo André. Essa situação evidencia um grande desafio que envolve diretamente questões sociais, ambientais, legais e de planejamento urbano.

A Represa Billings é um dos principais reservatórios de abastecimento de água da Grande São Paulo e por este motivo, com base na Lei estadual nº 13.579/2009, regulamentada pelo Decreto nº 55.342/2010, foi criada uma Área de Proteção e recuperação de Mananciais da Bacia da Represa Billings, definindo zonas de restrição de uso e ocupação do solo, áreas que devem seguir critérios rigorosos de licenciamento ambiental para novas construções, sob a fiscalização de órgãos como a CETESB.

No entanto, apesar da legislação que regula o uso do solo na Bacia da Represa Billings, a urbanização desordenada e a carência de políticas habitacionais eficazes resultaram em um aumento de construções irregulares nesses territórios. Segundo o Departamento de Proteção e Defesa Civil da Prefeitura de Santo André, cerca de 3 mil famílias vivem em áreas de risco atualmente. Essas comunidades enfrentam riscos de deslizamentos, inundações e contaminação da água, além da insegurança legal quanto à posse da terra. Além disso, o crescimento descontrolado dessas moradias irregulares contribui para a degradação do meio ambiente e compromete a qualidade da água destinada ao abastecimento de milhões de pessoas.

O Brasil enfrenta atualmente um déficit habitacional de aproximadamente 6 milhões de moradias (Câmara dos Deputados apud PINHEIRO, 2025), um dos fatores que leva muitas famílias a ocuparem áreas inadequadas para habitação, inclusive em regiões de preservação ambiental, contribuindo para o agravamento de problemas sociais e ambientais interligados.

Diante desse cenário, é fundamental compreender os fatores que levam à ocupação dessas áreas, os impactos gerados ao meio ambiente e às

comunidades locais. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a situação das construções irregulares no entorno da Represa Billings, estudar as ações adotadas pelo poder público para mitigar esses impactos e promover o desenvolvimento urbano sustentável, além de refletir sobre possíveis soluções para a criação de moradia digna em conjunto com a preservação ambiental. A pesquisa é orientada pela ODS 11 da Agenda 2030 da ONU, que visa tornar as cidades e assentamentos humanos mais inclusivos, seguros e sustentáveis.

De forma geral, o objetivo constitui em entender o impacto que o problema das moradias irregulares no entorno da Represa Billings, nos bairros Represa e Clube de Campo, tem na vida de seus moradores e no meio ambiente que os cerca.

Neste sentido, buscamos registrar quais ações a Administração Pública local desenvolve a fim de mitigar o crescimento do número dessas construções irregulares e reduzir o impacto negativo que a falta de saneamento básico causa a essa população. Além disso, buscamos também identificar quais ações são desenvolvidas a fim de retirar os moradores da situação em que se encontram, visto que as construções nessas áreas não são permitidas por lei, principalmente pelo risco que oferecem ao meio ambiente.

Por fim, o trabalho também busca relacionar o tema escolhido com o ODS 11, que tem como meta tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, usando esse Objetivo de Desenvolvimento Sustentável como norteador da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A problemática da moradia em áreas de mananciais reflete um dos grandes desafios da urbanização brasileira: conciliar o direito à habitação e a segurança das habitações humanas com a preservação ambiental. O crescimento desordenado das cidades tem forçado a população de baixa renda a ocupar espaços urbanos precários, muitas vezes em áreas de risco ou protegidas por lei ambiental, como é o caso do entorno da Represa Billings. Esse processo é resultado histórico de um modelo de urbanização excludente, que se estruturou com base em desigualdades socioespaciais e na ausência de políticas públicas efetivas de planejamento urbano.

A urbanização no Brasil se desenvolveu de forma desigual, deixando uma parte da população submetida à informalidade urbana (MARICATO, 2003). Essa informalidade se manifesta de diversas formas, como as ocupações irregulares, os loteamentos clandestinos e as favelas, que são consequência direta da ausência de políticas públicas eficazes de habitação popular e da especulação imobiliária. Nesse sentido, Maricato (2011) reforça que a política urbana brasileira frequentemente beneficia setores de maior renda, enquanto marginaliza a população de baixa renda, que acaba ocupando áreas ambientalmente frágeis e socialmente vulneráveis.

De acordo com a Câmara dos Deputados apud FJP (2025), o Brasil enfrenta atualmente um déficit habitacional de aproximadamente 6 milhões de domicílios. Essa carência habitacional resulta em ocupações irregulares e inadequadas, pois muitas famílias de baixa renda ocupam áreas não urbanizadas ou inadequadas à moradia, como encostas, margens de rios e regiões de mananciais, mesmo diante dos riscos que essas proporcionam e da legislação que proíbe tais construções. Essa situação evidencia um paradoxo: enquanto há políticas de proteção ambiental, falta a implementação de políticas habitacionais que assegurem moradia digna fora dessas áreas.

Um dos principais impactos dessas construções irregulares é a degradação de áreas de manancial, um tema de grande importância, visto que “nas últimas décadas, o desmatamento de encostas e das matas ciliares, além do uso inadequado dos solos, vêm contribuindo para a diminuição da quantidade e qualidade da água” (CARVALHO, 2024). Isso porque as ocupações irregulares

“induzem o desmatamento da mata ciliar (protetora da qualidade e quantidade dos corpos d’água) e a poluição dos reservatórios pelo esgoto e lixo gerados pela população do entorno. Em outras palavras, acabam por reduzir o nível de água dos mananciais e dificultar, por vezes inviabilizar, o seu tratamento” (BECHARA, 2002).

A legislação estadual, por sua vez, a exemplo da Lei nº 13.579/2009, delimita a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia da Represa Billings, definindo regras rigorosas para uso e ocupação do solo. Ainda assim, o número de ocupações irregulares continua crescendo, gerando um desafio ao poder público de agir de forma mais efetiva e integrada com políticas de habitação, meio ambiente e assistência social. Segundo o

Departamento de Proteção e Defesa Civil da Prefeitura de Santo André, cerca de 3 mil famílias vivem em áreas de risco na cidade atualmente. Conforme noticiado pelo Diário do Grande ABC (2023), a situação de Santo André e de outros municípios do estado levou o Governador Tarcísio de Freitas a se unir ao Consórcio Intermunicipal do Grande ABC para colocar em prática um projeto que pretende tirar 25 mil famílias de áreas de risco geológico e hidrológico – moradores de encostas e que estão em áreas de manancial da Represa Billings – a fim de evitar tragédias, pois essas ocupações irregulares representam diversos riscos aos próprios moradores, tais como riscos à saúde, riscos de deslizamento e enchentes, falta de saneamento básico e degradação do meio ambiente, por comprometer diretamente a qualidade da água e a biodiversidade local.

Para autores como Lefebvre (2001) e Harvey (2012), a questão da moradia não pode ser analisada de forma isolada, mas como parte do chamado “direito à cidade” — ou seja, o direito de todos os cidadãos de usufruírem do espaço urbano de forma justa e igualitária. Esse direito envolve não apenas o acesso à habitação, mas também à infraestrutura, aos serviços públicos e a um meio ambiente equilibrado. Assim, quando populações vulneráveis são empurradas para áreas de risco, há uma negação prática desse direito, revelando um modelo de desenvolvimento urbano excludente.

Ações governamentais e legislações como as citadas acima visam diminuir a degradação das áreas de mananciais da Bacia da Represa Billings, iniciativas necessárias, sobretudo porque “nas últimas décadas, o desmatamento de encostas e das matas ciliares, além do uso inadequado dos solos, vêm contribuindo para a diminuição da quantidade e qualidade da água” (CARVALHO, 2024).

Nesse contexto, fica evidente a relevância dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) propostos pela Agenda 2030 da ONU, especialmente o ODS 11, que visa assegurar moradia digna e segura para todos, tornando as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros e sustentáveis, além de promover o planejamento urbano participativo e a tomada de decisão conjunta (Nações Unidas no Brasil, 2015). O cumprimento dessa meta depende de políticas públicas integradas e de uma governança

urbana capaz de articular moradia, meio ambiente, infraestrutura e justiça social.

A escolha desse tema se deve a sua alta relevância social e ambiental, além da urgência que o problema representa. Ao delimitar como foco a região dos bairros Represa e Clube de Campo, no município de Santo André, buscamos compreender os efeitos desse problema em uma escala territorial específica, analisando seus impactos para os moradores da região e para o ecossistema da Represa Billings. Assim, este trabalho busca entender como o direito à moradia se conecta com a preservação do meio ambiente e com a maneira como as políticas públicas lidam com o problema, realizando uma análise crítica, com base em dados, leis e estudos já realizados sobre o tema.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, foram adotados diferentes métodos que se complementam. A pesquisa iniciou-se com uma revisão bibliográfica, através de livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais, com o objetivo de construir uma base teórica sólida sobre o tema.

Além disso, o levantamento documental foi um recurso metodológico essencial, pois permitiu reunir informações já existentes em órgãos oficiais e em instituições de pesquisa. Essa etapa teve como função oferecer uma base de dados sólida, capaz de contextualizar a realidade social, urbana e ambiental do entorno da Represa Billings. Para isso, foram considerados relatórios da CETESB, dados estatísticos do IBGE, publicações da ONU, registros da Prefeitura de Santo André e estudos elaborados para a região do Grande ABC. Além desses documentos, também foram utilizados dados complementares que ajudaram a traçar um retrato mais completo da área analisada.

Em síntese, essa etapa metodológica não se limitou à descrição de números: ela organizou, comparou e interpretou dados de diferentes naturezas, articulando informações sobre déficit habitacional, saneamento, riscos ambientais e desigualdade urbana. Ao cruzar essas evidências com a revisão bibliográfica e com a pesquisa de campo, o levantamento documental garante maior consistência às análises e contribui para uma compreensão crítica e aprofundada do problema estudado.

Na fase de pesquisa de campo, foram realizadas visitas in loco ao bairro da Represa, com observação direta das condições habitacionais e ambientais, registros fotográficos e anotações em diário de campo. A pesquisa foi complementada pela implementação de um questionário voltado aos moradores da região analisada, a fim de coletar dados quantitativos como tempo de moradia, número de pessoas por domicílio, renda familiar, entre outros.

Também foi desenvolvido um questionário voltado aos representantes da gestão pública municipal, principalmente das áreas de Habitação, Meio Ambiente e Defesa Civil, a fim de compreender quais ações já vinham sendo implementadas no enfrentamento das ocupações irregulares e na proteção das áreas de manancial.

Por fim, é importante destacar a conexão do estudo com o ODS 11 da Agenda 2030 da ONU, que propõe cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. O levantamento documental, ao reunir informações oficiais e contextualizar a realidade local, oferece elementos para analisar em que medida as ações municipais dialogam com esses compromissos internacionais.

Todos os dados coletados foram organizados e analisados em conjunto, em busca de uma visão mais ampla e fidedigna dos resultados obtidos. Essa combinação de fontes e métodos permitiu uma compreensão crítica e aprofundada do problema estudado.

RESULTADO E DISCUSSÃO

De acordo com o último Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2022), Santo André concentra uma população de aproximadamente 748,9 mil habitantes, distribuída em um território cuja densidade ultrapassa 4.260 pessoas por quilômetro quadrado. Entre 2010 e 2022, o município registrou um crescimento populacional de 10,7%, o que pressiona tanto a infraestrutura urbana quanto a demanda por habitação. Esse aumento populacional, aliado ao déficit habitacional, tem contribuído para a formação de ocupações em áreas de mananciais, como ocorre no entorno da Represa Billings.

Em relação ao saneamento básico, o município apresenta indicadores relativamente elevados: praticamente toda a população tem acesso à água

potável, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Contudo, apenas 45% dos domicílios contam com drenagem de águas pluviais e cerca de 3,6% das residências estão em zonas suscetíveis a enchentes, segundo a rede Água e Saneamento. Esses números indicam que, embora o serviço de saneamento seja abrangente, existem fragilidades que afetam diretamente moradores de áreas irregulares e em situação de risco.

O Diagnóstico Habitacional Regional do Grande ABC reforça a dimensão do problema: em Santo André, cerca de 4.622 moradias sofrem com superlotação de dormitórios, cenário que compromete aproximadamente 2,1% dos domicílios da cidade. Essa realidade mostra que, mesmo em bairros regularizados, há famílias vivendo em condições precárias, o que explica, em parte, a pressão pela ocupação de espaços não destinados à moradia, como encostas ou margens de represas.

Do ponto de vista ambiental, o Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) da Billings aponta que o território de Santo André corresponde a 16,44% da área total da bacia da represa, o que reforça a responsabilidade do município na preservação desse manancial. Pesquisas acadêmicas também identificaram riscos geológicos em bairros como Jardim Clube de Campo e Parque Represa Billings III, onde já foram registrados episódios de deslizamentos, evidenciando a vulnerabilidade da população residente.

No campo socioeconômico, ainda são escassos os dados oficiais desagregados por bairro. Entretanto, informações de mercado imobiliário indicam a coexistência de realidades distintas no Jardim Clube de Campo. Enquanto anúncios de casas e terrenos chegam a valores entre R\$ 610 mil e R\$ 1,3 milhão, coexistem no mesmo território moradias simples ou construções irregulares. Esse contraste evidencia um processo de ocupação heterogêneo, que mistura imóveis de alto padrão com assentamentos informais, acentuando a desigualdade e os conflitos fundiários.

O questionário que desenvolvemos como parte da metodologia aplicada a este trabalho, com o objetivo de entender como os moradores do entorno da Represa Billings, em Santo André, se sentem em relação às condições de moradia mostram congruências e divergências em relação a esses dados.

Ao analisar os dados obtivemos por meio do questionário, para o qual conseguimos 7 respostas, é possível notar inicialmente que a participação de homens e mulheres se mostrou bastante próxima, com 4 respostas de homens e 3 respostas de mulheres, conforme apresentado na figura 1. Além disso, a figura 2 mostra que a faixa etária dos participantes é bastante ampla, variando entre 21 e 49 anos. Assim, verificamos que o questionário foi respondido por uma gama diversa de pessoas, apesar do número reduzido de respostas.

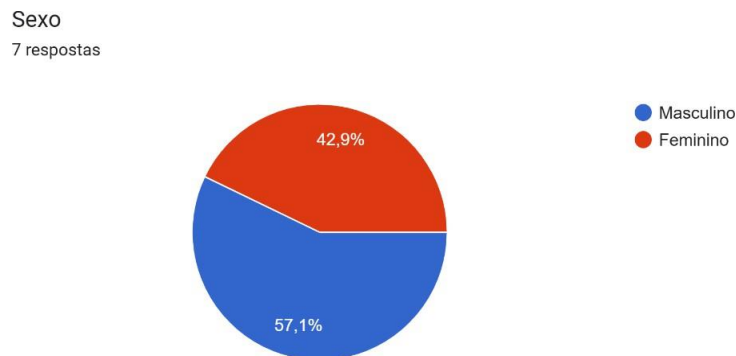


Figura 1: Sexo. Fonte: Questionário Direcionado aos Moradores.

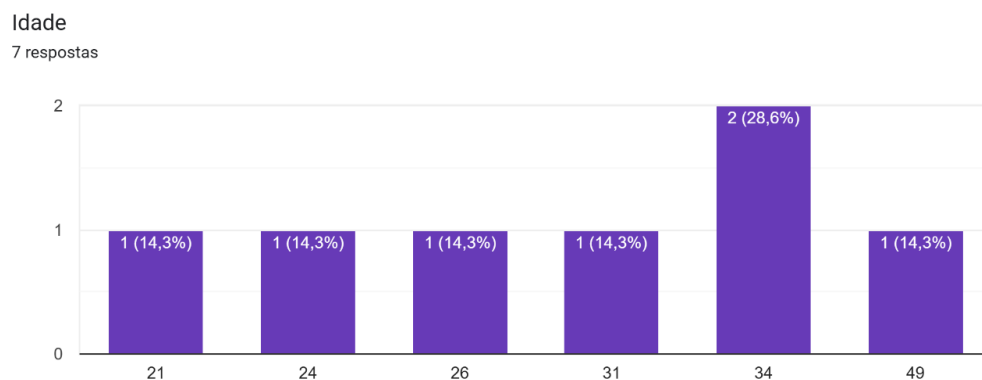


Figura 2: Idade. Fonte: Questionário Direcionado aos Moradores.

A figura 3 traz informações sobre a renda familiar dos moradores que responderam à pesquisa, que está na faixa entre 2 a 3 salários mínimos, de acordo com 3 respostas obtidas, e mais de 3 salários mínimos, conforme as 4 respostas restantes. A renda dessas famílias está dividida entre 3 ou 4 pessoas (5 respostas) ou entre 1 ou 2 pessoas (2 respostas), conforme aponta a figura 4.

7. Qual é a renda familiar mensal aproximada?

7 respostas

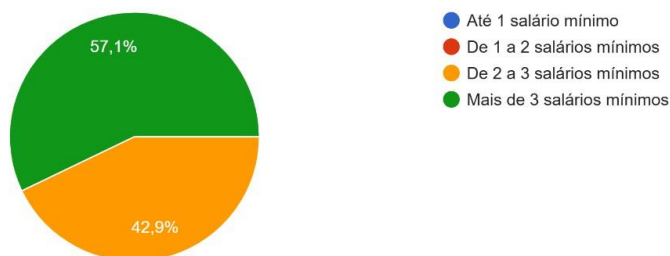


Figura 3: Renda. Fonte: Questionário Direcionado aos Moradores.

6. Quantas pessoas vivem na sua residência atualmente?

7 respostas

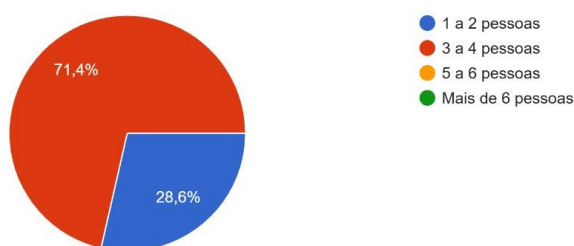


Figura 4: Moradores por residência. Fonte: Questionário Direcionado aos Moradores.

Outro dado relevante obtido a partir do questionário diz respeito ao tempo de moradia na região. A figura 5 mostra que dentre aqueles que responderam a nossa pesquisa, 6 pessoas informaram morar na região há mais de 5 anos, enquanto apenas 1 pessoa informou morar na região há menos de 5 anos, porém há mais de 2 anos. A partir dessas respostas, podemos inferir que os moradores dos bairros para os quais obtivemos as respostas não podem ou não querem mudar de residência para bairros com melhores condições de moradia e infraestrutura.

1. Há quanto tempo sua família mora nesta região?

7 respostas

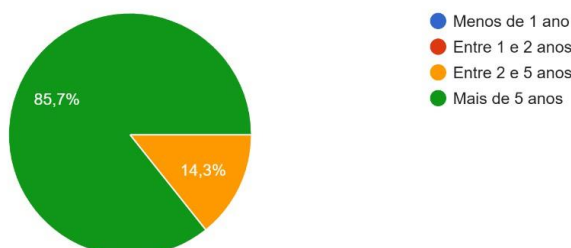


Figura 5: Tempo de Residência. Fonte: Questionário Direcionado aos Moradores.

Em relação ao risco de serem afetados por deslizamentos e enchentes, a figura 6 aponta que 4 participantes alegaram sentir medo de serem vítimas de

uma dessas situações, enquanto 3 participantes responderam não sentir esse receio. A figura 7, por sua vez, mostra que, apesar dessas 3 respostas, o medo de enchentes e deslizamentos é visível nas respostas à questão sobre qual é a principal dificuldade enfrentada pelos moradores em relação à moradia, para a qual 5 pessoas responderam “risco de enchentes” e 2 pessoas responderam “risco de deslizamentos”, não havendo nenhuma escolha para as opções “falta de saneamento básico” e “falta de segurança na posse da terra”, outros possíveis problemas enfrentados por moradores de áreas de manancial.

3. Você sente medo de deslizamentos ou enchentes?
7 respostas

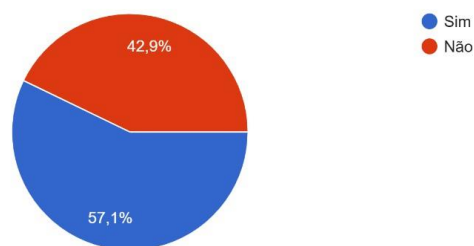


Figura 6: Medo de Deslizamentos ou Enchentes. Fonte: Questionário Direcionado aos Moradores.

2. Qual é a principal dificuldade que sua família enfrenta em relação à moradia?
7 respostas

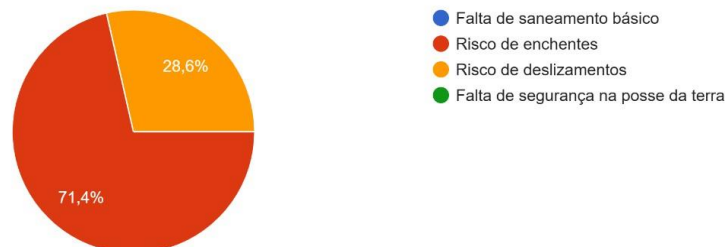


Figura 7: Principal Dificuldade dos Moradores. Fonte: Questionário Direcionado aos Moradores.

A falta de acesso à água potável e coleta de esgoto, problemas de infraestrutura que poderiam afetar essas residências localizadas em áreas de manancial, por outro lado, não foram apontados por nenhum dos moradores que responderam ao questionário, pois todos afirmaram ter acesso tanto à água tratada quanto à coleta de esgoto adequada, de acordo com a figura 8.

4. Sua moradia possui acesso a água potável tratada?

7 respostas

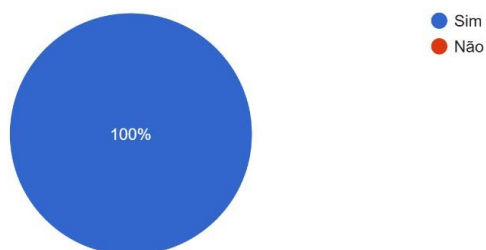


Figura 8: Acesso a Água Potável. Questionário Direcionado aos Moradores.

Apesar do medo de serem afetados por enchentes ou deslizamentos, as figuras 9 e 10 mostram que todos aqueles que responderam ao questionário afirmaram nunca terem recebido qualquer tipo de apoio governamental ou participaram de qualquer programa social voltado à melhoria de suas condições de moradia.

8. Você já recebeu algum apoio do governo ou de programas sociais para melhorar suas condições de moradia?

7 respostas

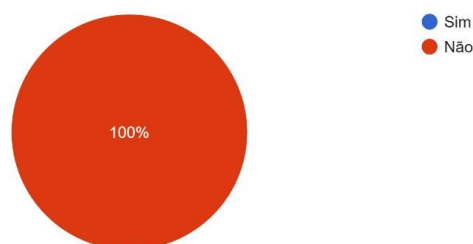


Figura 9: Apoio para Condições de Moradia. Fonte: Questionário Direcionado aos Moradores.

9. Caso tenha recebido apoio, qual tipo de ajuda foi oferecida?

7 respostas

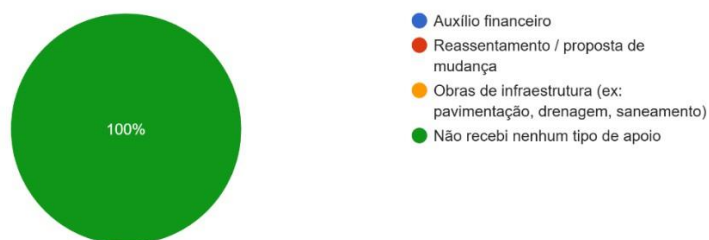


Figura 10: Tipo de Apoio. Fonte: Questionário Direcionado aos Moradores.

Por fim, 5 moradores que responderam à pesquisa trataram com indiferença a opção de reassentamento de si e de sua família para uma área mais segura, enquanto os demais responderam que não consideram essa alternativa importante. Nenhum dos moradores que participou da pesquisa respondeu afirmativamente à pergunta, indicando que a transferência para

outras áreas não é vista como uma alternativa viável para a população da região. Essas respostas estão representadas na figura 11.

10. Você considera importante que sua família seja reassentada em outra área mais segura?
7 respostas

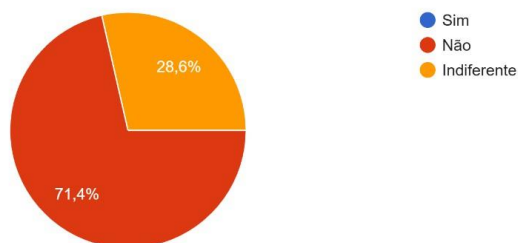


Figura 11: Necessidade de Reassentamento. Fonte: Questionário Direcionado aos Moradores.

Para complementação do desenvolvimento deste estudo e com o intuito de obter uma perspectiva institucional sobre a temática abordada, foi encaminhado um formulário às autoridades públicas responsáveis, bem como realizadas solicitações formais de resposta por meio dos canais oficiais de comunicação. Entretanto, não houve qualquer retorno por parte dos órgãos competentes, mesmo após tentativas de contato e reiteraões. A ausência de manifestação institucional pode indicar, ainda que de forma presumida, um possível desconforto ou resistência em fornecer informações relativas às condições de moradia e gestão de áreas de mananciais no município, especialmente por envolver aspectos sensíveis de políticas públicas, fiscalização e responsabilidade administrativa. Tal circunstância limita a compreensão do ponto de vista governamental e reforça a importância de estudos acadêmicos que evidenciem essas lacunas e incentivem maior transparência e diálogo entre sociedade civil, acadêmica e poder público.

CONCLUSÃO

O estudo sobre as moradias irregulares no entorno da Represa Billings permitiu compreender de forma ampla a dimensão social e ambiental desse problema, que vai muito além da falta de moradia. As observações de campo, associadas aos dados levantados, mostraram que a expansão das construções irregulares está ligada à carência de políticas habitacionais consistentes e à ausência de alternativas viáveis para famílias de baixa renda. A consequência

é uma ocupação desordenada, que coloca em risco tanto as pessoas quanto o meio ambiente.

Durante a pesquisa, ficou evidente que muitos moradores permanecem nessas áreas há vários anos e não demonstram intenção de se mudar, mesmo diante dos riscos de enchentes e deslizamentos. Essa resistência revela o quanto a questão habitacional está enraizada em fatores econômicos, culturais e afetivos, o que torna o problema ainda mais complexo. Além disso, a falta de apoio governamental foi apontada por todos que responderam à pesquisa, o que reforça a percepção de abandono por parte do poder público.

Os resultados também evidenciam que, embora existam legislações e programas voltados à preservação dos mananciais, sua aplicação é limitada e fragmentada. A falta de integração entre políticas de habitação, meio ambiente e assistência social compromete a efetividade das ações e perpetua o ciclo de irregularidades. Essa realidade demonstra a necessidade urgente de estratégias mais amplas e articuladas, que considerem tanto a preservação ambiental quanto o direito à moradia digna.

Relacionando os achados ao ODS 11 da Agenda 2030 da ONU, nota-se que Santo André ainda tem um longo caminho a percorrer para se tornar uma cidade mais inclusiva, segura e sustentável. Para que isso aconteça, é essencial investir em programas habitacionais acessíveis, em políticas de reassentamento humano e em ações educativas voltadas à conscientização ambiental da população.

Mais do que números ou legislações, este trabalho mostrou que o tema envolve vidas e histórias. Ao visitar a região e conversar com os moradores, tornou-se claro que qualquer solução precisa ser construída junto com a comunidade, valorizando o diálogo e a participação social. Somente assim será possível conciliar o desenvolvimento urbano com o respeito ao meio ambiente e à dignidade humana.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ÁGUA E SANEAMENTO. **Indicadores de saneamento no município de Santo André/SP**. São Paulo: Instituto Água e Saneamento, 2023. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/sp/santo-andre>. Acesso em: 17 set. 2025.

ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). **Aprovada na Alesp, Lei que garante preservação da represa Billings completa 15 anos**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=480883>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BECHARA, ERIKA. **A ocupação irregular dos mananciais poderá levar à escassez da água?** Revista de Direitos Difusos – Vol. 16, 2002. Disponível em: <https://sbsa.com.br/wp-content/uploads/2021/07/A-ocupacao-irregular-dos-mananciais-podera-levar-a-escassez-da-agua.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. O Problema Habitacional no Brasil: Déficit, Financiamento e Perspectivas. Brasília, 1996. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0410.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Pesquisa aponta que o déficit habitacional brasileiro está em 5,9 milhões de unidades. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1164400-pesquisa-aponta-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-esta-em-59-milhoes-de-unidades/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

CARVALHO, SÉRGIO. **Medidas que preservam nascentes e mananciais**. UNESP, 2004. Disponível em: <https://www2.feis.unesp.br/irrigacao/jsl01072004.php>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC. **Diagnóstico**

Habitacional Regional do Grande ABC. Santo André: Consórcio

Intermunicipal, 2023. Disponível em:

https://www.consortioabc.sp.gov.br/public/admin/globalarq/uploads/files/Diagnostico%20Habitacional%20Regional%20do%20Grande%20ABC_versao%20final%281%29.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

Diário do Grande ABC. **Tarcísio se une ao Consórcio para tirar 25 mil**

famílias de encostas e da Billings. São Paulo, 2023. Disponível em:

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/3953242/tarcisio-se-une-ao-consorcio-para-tirar-25-mil-familias-de-encostas-e-da-billings>. Acesso em: 17 jun. 2025.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** População e Densidade Demográfica -

Santo André/SP. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/santo-andre.html>. Acesso em: 17 set. 2025.

INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Caracterização da população vulnerável ao risco de deslizamento em Santo André/SP.**

São José dos Campos: INPE, 2022. Disponível em:

https://wiki.dpi.inpe.br/lib/exe/fetch.php?media=ser457-cst310%3A2022_alunos%3Abiancalado.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

LEMOS, AMANDA. **Santo André tem 3 mil famílias que vivem em áreas de risco.** Repórter Diário, 2022. Disponível em:

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3046513/santo-andre-tem-3-mil-familias-que-vivem-em-areas-de-risco/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos Avançados 17(48), p. 151-167, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgfBw9PyLxBxbNRbf/?format=pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis**. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 17 jun. 2025.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ONU BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis**. Brasília: Organização das Nações Unidas no Brasil, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 17 set. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 13.579, de 13 de julho de 2009**. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, SP, 13 jul. 2009. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13579-13.07.2009.html>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Licenciamento em áreas de proteção dos mananciais da Região Metropolitana de São Pulo – Quem deve solicitar**. CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), São Paulo. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/roteiros/licenciamento-em-area-de-protecao-dos-mananciais-da-regiao-metropolitana-de-sao-paulo/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Procedimentos para instalação de energia elétrica individual e rede de expansão em Áreas de Proteção aos Mananciais da Região Metropolitana e a Serra do Itapeti**. CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), São Paulo. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/licenciamentoambiental/roteiros/licenciamento-em-area-de-protecao-dos-mananciais-da-regiao-metropolitana-de-sao-paulo/procedimentos-para-instalacao-de-energia-eletrica-individual-e-rede-de->

expansao-em-area-de-protecao-aos-mananciais-da-regiao-metropolitana-e-na-serra-do-itapeti/. Acesso em: 17 jun. 2025.

SÃO PAULO (Estado). **Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA Billings**. Secretaria de Meio Ambiente. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://smastr20.blob.core.windows.net/mananciais/PDPA-Billings.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

TEODOTO, P. H. M. **Resenha: Maricato, Erminia**. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011. Revista Espinhaço, 4(1), p. 46-48, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufvjm.edu.br/revista-espinhaco/article/view/64/68>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ANEXO I – Questionário Direcionado aos Moradores

1. Há quanto tempo sua família mora nesta região?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ Entre 1 e 2 anos
- ☐ Entre 2 e 5 anos
- ☐ Mais de 5 anos

2. Qual é a principal dificuldade que sua família enfrenta aqui?

- ☐ Falta de saneamento básico
- ☐ Risco de enchentes
- ☐ Risco de deslizamentos
- ☐ Falta de segurança na posse da terra
- ☐ Outros

3. Você sente medo de deslizamentos ou enchentes?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4. Sua moradia possui acesso a água potável tratada?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5. Sua residência possui coleta de esgoto adequada?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6. Quantas pessoas vivem na sua residência atualmente?

- ☐ 1 a 2 pessoas
- ☐ 3 a 4 pessoas
- ☐ 5 a 6 pessoas
- ☐ Mais de 6 pessoas

7. Qual é a renda familiar mensal aproximada?

- ☐ Até 1 salário mínimo
- ☐ De 1 a 2 salários mínimos
- ☐ De 2 a 3 salários mínimos
- ☐ Mais de 3 salários mínimos

8. Você já recebeu algum apoio do governo ou de programas sociais para melhorar suas condições de moradia?

- ☐ Sim
- ☐ Não

9. Caso tenha recebido apoio, qual tipo de ajuda foi oferecida?

- ☐ Auxílio financeiro
- ☐ Reassentamento / proposta de mudança
- ☐ Obras de infraestrutura (ex: pavimentação, drenagem, saneamento)
- ☐ Outro tipo de apoio

10. Você considera importante que sua família seja reassentada em outra área mais segura?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Indiferente

ANEXO II – Questionário Direcionado às Autoridades Públicas

1. Existe algum programa específico em andamento para reassentar famílias da Represa Billings?

☐ Sim

☐ Não

☐ Em fase de planejamento

2. Qual é a maior dificuldade enfrentada pela Gestão pública do Município no que diz respeito a moradias irregulares e risco ambiental no entorno da Represa Billings?

☐ Falta de recursos financeiros

☐ Falta de apoio político

☐ Resistência da população ao reassentamento

☐ Questões legais/burocráticas

3. Com que frequência ocorrem ações de fiscalização de novas construções irregulares no entorno da Billings?

☐ Sempre, de forma contínua

☐ Eventualmente, conforme denúncias

☐ Raramente ou nunca

4. Há ações de educação ambiental direcionadas às comunidades da região?

☐ Sim, regularmente

☐ Sim, mas de forma pontual

☐ Não

5. Existe coleta de dados atualizada sobre o número de famílias residentes no município em áreas de risco no entorno da Represa Billings?

☐ Sim, existe um levantamento realizado nos últimos 5 anos

☐ Sim, mas não é atualizado há mais de 5 anos

☐ Não há levantamento oficial

6. De que forma as políticas locais de moradia do Município estão alinhadas ao ODS 11 (Cidades Sustentáveis) da ONU?

- ☐ Totalmente alinhadas
- ☐ Parcialmente alinhadas
- ☐ Ainda não há alinhamento efetivo

7. Qual é a principal forma de controle utilizada para impedir novas ocupações irregulares?

- ☐ Fiscalização e barreiras físicas
- ☐ Multas e ações judiciais
- ☐ Campanhas de conscientização
- ☐ Não existe controle efetivo

8. Existe plano para reassentar famílias que atualmente residem em áreas de risco ou preservação?

- ☐ Sim, e já está sendo executado
- ☐ Sim, mas está em planejamento
- ☐ Não existe plano definido até o momento

9. Dentre as opções a seguir, qual seria a principal alternativa a ser considerada caso a remoção das famílias residente não seja viável?

- ☐ Regularização com adequações ambientais
- ☐ Construção de moradias populares
- ☐ Melhoria das condições locais (saneamento, infraestrutura)

10. Qual é a medida preventiva considerada mais importante para proteger a Represa Billings a longo prazo?

- ☐ Reflorestamento e recuperação das margens
- ☐ Aumento da fiscalização e punições
- ☐ Construção de habitações populares em áreas seguras
- ☐ Conscientização e educação ambiental nas comunidades

ANEXO III – Requerimento de Informação Direcionado à Prefeitura de Santo André



Prefeitura Municipal de Santo André

Data de Impressão: 17/11/2025

Página(s): 1 de 3

:: Dados do Solicitante

Nome: **RENATO ALVES DOS SANTOS**

:: Dados do Pedido

N.º Pedido: **9720420257**

Data	Solicitação	Área Executante
23/10/2025	661.010 - Lei de Acesso a Informação - Secretaria de Meio Ambiente e mudanças climáticas	66000 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
22/10/2025	341.010 - Lei de Acesso a Informação - Inovação e Administração	67000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Logradouro: **PCA QUARTO CENTENÁRIO N.º: 1**

Bairro: **CENTRO**

Cep: **09015-080**

Class. Fiscal: **3.162.5**

1 - Pedido

Origem: **Internet**

Data Pedido: **22/10/2025 22:27:20**

Data Resposta: **19/11/2025**

Situação: **Aguardando Análise**



Descrição:

COM BASE NO ARTIGO 10 DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI FEDERAL Nº 12.527/2011), VENHO SOLICITAR INFORMAÇÕES REFERENTES À FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS E AÇÕES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA REPRESA BILLINGS.

O OBJETIVO DO PEDIDO É SUBSIDIAR PESQUISA ACADÊMICA SOBRE GESTÃO PÚBLICA, POLÍTICAS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE URBANA NO ENTORNO DA REPRESA.

SOLICITO, POR GENTILEZA, QUE AS RESPOSTAS SEJAM FORNECIDAS DE ACORDO COM O QUESTIONÁRIO ABAIXO OU, SE MAIS CONVENIENTE, POR MEIO DE DOCUMENTOS E RELATÓRIOS OFICIAIS QUE CONTENHAM AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS.

QUESTIONÁRIO:

EXISTE ALGUM PROGRAMA ESPECÍFICO EM ANDAMENTO PARA REASSENTAR FAMÍLIAS DA REPRESA BILLINGS?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ EM FASE DE PLANEJAMENTO

QUAL É A MAIOR DIFICULDADE ENFRENTADA PELA GESTÃO PÚBLICA NESTA REGIÃO?
☐ FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS ☐ FALTA DE APOIO POLÍTICO ☐ RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO AO REASSENTAMENTO ☐ QUESTÕES LEGAIS / BUROCRÁTICAS ☐ OUTROS

A FISCALIZAÇÃO DE NOVAS CONSTRUÇÕES IRREGULARES NO ENTORNO DA BILLINGS OCORRE DE FORMA:

☐ FREQUENTE E CONTÍNUA ☐ EVENTUAL, CONFORME DENÚNCIAS ☐ RARA OU INEXISTENTE

HÁ AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DIRECIONADAS ÀS COMUNIDADES DA REGIÃO?

☐ SIM, REGULARMENTE ☐ SIM, MAS DE FORMA PONTUAL ☐ NÃO

EXISTE COLETA DE DADOS ATUALIZADA SOBRE O NÚMERO DE FAMÍLIAS EM ÁREAS DE RISCO?

☐ SIM, LEVANTAMENTO ANUAL ☐ SIM, MAS DESATUALIZADO ☐ NÃO HÁ LEVANTAMENTO OFICIAL

DE QUE FORMA AS POLÍTICAS LOCAIS ESTÃO ALINHADAS AO ODS 11 DA ONU (CIDADES SUSTENTÁVEIS)?

☐ TOTALMENTE ALINHADAS ☐ PARCIALMENTE ALINHADAS ☐ AINDA NÃO HÁ ALINHAMENTO EFETIVO

COMO É FEITO O CONTROLE PARA IMPEDIR NOVAS OCUPAÇÕES IRREGULARES?

(A) FISCALIZAÇÃO E BARREIRAS FÍSICAS (B) MULTAS E AÇÕES JUDICIAIS (C) CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO (D) NÃO EXISTE CONTROLE EFETIVO

EXISTE PLANO PARA REASSENTAR FAMÍLIAS EM ÁREAS DE RISCO OU PRESERVAÇÃO?

(A) SIM, JÁ ESTÁ SENDO EXECUTADO (B) SIM, MAS ESTÁ EM PLANEJAMENTO (C) NÃO EXISTE PLANO CONHECIDO (D) NÃO SEI

QUAIS ALTERNATIVAS SÃO CONSIDERADAS SE A REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS NÃO FOR VIÁVEL?

(A) REGULARIZAÇÃO COM ADEQUAÇÕES AMBIENTAIS (B) CONSTRUÇÃO DE MORADIAS POPULARES (C) MELHORIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS (SANEAMENTO, INFRAESTRUTURA) (D) NENHUMA ALTERNATIVA FOI APRESENTADA

QUAIS MEDIDAS PREVENTIVAS SÃO MAIS IMPORTANTES PARA PROTEGER A REPRESA A LONGO PRAZO?

(A) REFLORESTAMENTO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS (B) AUMENTO DA FISCALIZAÇÃO E PUNIÇÕES (C) CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES EM ÁREAS SEGURAS (D) CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES

ATENCIOSAMENTE,

RENATO ALVES DOS SANTOS

RENATOBISO@HOTMAIL.COM



Data	Ocorrência
23/10/2025	ENCAMINHADO PARA ANÁLISE EM OUTRA ÁREA. O PRAZO RESPOSTA DA SUA SOLICITAÇÃO, 19/11/2025, PODERÁ SER ALTERADO.

ANEXO IV – Requerimento de Informação Direcionado à Prefeitura de São Bernardo do Campo



Município de São Bernardo do Campo
Sistema de Gestão de Processos Digitais
Consulta de Processos

Dados Básicos

Tipo: Processo digital
Número: SB.101842/2025-29
Data de entrada: 22/10/2025
Órgão de Abertura: SB - Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo
Unidade de origem: PÚBLICO - Usuários externos
Órgão atual: –
Unidade atual: –
Recebido em: –
Assunto: Acesso a informação - Lei Federal 12.527/2011
Detalhamento: Assunto: Solicitação de informações – Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)

Prezados(as),

Venho, por meio desta, com fundamento na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), solicitar o preenchimento do questionário em anexo (formato PDF), que trata de informações referentes às ações e programas relacionados ao reassentamento de famílias na região da Represa Billings.

As informações solicitadas são de interesse público e têm como objetivo subsidiar pesquisa acadêmica voltada à análise das políticas públicas e da gestão ambiental nessa área.

Solicito, portanto, que as respostas sejam encaminhadas dentro do prazo legal previsto pela referida lei, podendo ser enviadas para este mesmo endereço eletrônico ou outro canal que julgarem adequado.

Desde já, agradeço pela atenção e colaboração.

Atenciosamente,
Renato Alves dos Santos
renatobiso@hotmail.com
telefone 11 99444 2860

Situação: Em andamento

Interessados

Nome do interessado
RENATO ALVES DOS SANTOS

Tramitações

Vol.	Órgão/Unidade	Recebido em	Encaminhado em	Despacho
1	SA-101 - Seção de Processamento de Solicitações e Informações	22/10/2025	22/10/2025	Encaminhamento automático do sistema.
1	DIGITAL - DIGITAL	22/10/2025		

Tarefas

Data de criação	Nome	Situação	Prazo
22/10/2025	Conferência e Resposta da Solicitação	finalizada	–



Município de São Bernardo do Campo
Sistema de Gestão de Processos Digitais
Consulta de Processos

23/10/2025	Resposta da Solicitação	aberta	--
09/11/2025	Prazo Expirado	finalizada	--
10/11/2025	Justificativa	cancelada	--
10/11/2025	Prazo de 30 dias expirado	aberta	--